



## NOTA TÉCNICA Nº 045/2023

**Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 1356/2023**

**Alterada a data de realização pelo Requerimento de Comissão nº 1604/2023**

**Tema:** Debater sobre infraestrutura física e a falta de professores das escolas municipais.

**Comissão:** Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

**Autoria do requerimento:** Vereadora Professora Marli

**Data, horário e local:** 12/07/2023, às 9:30 h, no Plenário Camil Caram.

### Considerações Técnicas

A audiência pública em questão foi requerida com a finalidade de se debater sobre a infraestrutura física e a falta de professores nas escolas municipais. Segundo a Vereadora autora do requerimento, investir na melhoria das instalações escolares proporciona aos alunos um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Tal debate se faz relevante, pois infraestrutura escolar “tomada como a disponibilidade de ambientes adequados e acessíveis e de recursos que incluam a diversidade e atendam a todos os estudantes com qualidade e equidade, consiste em condição à efetivação do direito à educação”.<sup>1</sup>

Assim, para compreender a infraestrutura necessária para a educação é importante pensar nas finalidades da educação escolar, nos princípios que norteiam a oferta dessa política pública e naquilo que se entende como educação de qualidade.

A Constituição da República, de 1988 e a Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - determinam que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação pra o trabalho<sup>2</sup>. Ambas também abordam os princípios nos quais o ensino deve ser ministrado. Entre eles estão:

- Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;

<sup>1</sup> SCHNEIDER, G.; FRANTZ, M.G.; ALVES, T. **Infraestrutura das escolas públicas no Brasil: desigualdades e desafios para o financiamento da educação básica**. Revista Educação Básica em Foco, v.1, n.3, outubro a dezembro de 2020

<sup>2</sup> Constituição da República, 1988, artigos 205 e 206 e Lei nº 9.394, de 1996, art. 2º.



- garantia de padrão de qualidade;
- garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;
- respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Aos municípios cabe organizar e manter órgãos e instituições dos seus sistemas de ensino; baixar normas complementares para o mesmo e oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental. Sendo o sistema municipal de ensino compreendido em instituições de educação infantil e ensino fundamental e médio mantidas pelo município, instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação.<sup>3</sup>

Segundo a LDBEN, a educação escolar pública será efetivada, entre outros, mediante<sup>4</sup>:

- garantia de atendimento educacional especializado (AEE) em todos os níveis e modalidades de ensino, para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- oferta de ensino fundamental e médio àqueles que não concluíram na idade própria (EJA – Educação de Jovens e Adultos);
- atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação à internet, adequada ao uso pedagógico.

Entende-se que a política educacional ofertada na forma como está descrita implica em uma infraestrutura específica e profissionais da educação com formação ou capacitação.

## Educação Infantil e Ensino Fundamental

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Ofertada para crianças de até 5 anos e é dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos).

Os planos nacional e municipal de educação estabeleceram a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para crianças (4 e 5 anos) e a oferta de, no mínimo, atender a 50% das crianças de até 3 anos até o final de sua vigência (2024)<sup>5</sup>.

Também foram estabelecidas estratégias. Entre elas a realização periódica do levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, com o objetivo

---

<sup>3</sup> Arts. 11 e 18 da LDBEN

<sup>4</sup> Lei nº 9.394, de 1996 (LDBEN), art. 4º.

<sup>5</sup> Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, Meta 1 e Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº



de planejar a oferta para essa faixa etária e a publicação, a cada ano, do levantamento da demanda manifesta por creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos)<sup>6</sup>

A priorização do acesso à educação infantil e a oferta de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurada a educação bilíngue para as crianças surdas e o estímulo ao acesso à educação infantil em tempo integral são estratégias que apontam para uma necessidade de infraestrutura e de professores.<sup>7</sup>

Outra estratégia importante é a implantação (até 2016) da avaliação periódica da educação infantil, baseada em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.<sup>8</sup>

O Plano Municipal de Educação também aponta estratégias importantes para a presente discussão:

1.6) intensificar, até o último ano de vigência deste PME, a execução dos projetos de adequação, reforma e ampliação dos prédios existentes, considerando as especificidades da educação infantil e as necessidades de acessibilidade, segundo as normas técnicas e legais vigentes; com o objetivo de expansão da melhoria da rede física das escolas infantis públicas;

1.7) implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade e inclusão, entre outros indicadores relevantes;

1.10) dar continuidade à aplicação sistemática e monitorada do documento “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” em duas instituições por secretaria de administração regional municipal a cada ano, sendo uma por semestre;

1.13) ampliar o atendimento da educação infantil na rede própria do Município, de forma a assegurar o cumprimento da Meta 1 do PNE e deste PME;

1.14) assegurar a matrícula compulsória para crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na educação infantil;

1.15) ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e outras que demandem esse atendimento;

1.17) manter a expansão do atendimento da educação infantil, aprimorando os espaços existentes para atender às especificidades e necessidades da criança;

<sup>6</sup> Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, Meta 1, estratégias 1.3 e 1.16.

<sup>7</sup> Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, Meta 1, estratégias 1.11 e 1.17.

<sup>8</sup> Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, Meta 1, estratégia 1.6.



Cabe ressaltar, ainda, o documento produzido pelo Ministério da Educação que estabelece parâmetros de infraestrutura para as instituições de educação infantil.<sup>9</sup> Elaborado por educadores, arquitetos e engenheiros, esse documento contém estratégias de projetos de concepção, reforma e adaptação dos espaços onde se realiza a educação infantil.

O ensino fundamental é obrigatório, tem a duração de 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade e seu objetivo é a formação do cidadão<sup>10</sup>:

O Plano Nacional de Educação – PNE -, em sua Meta 2, determina a universalização do ensino fundamental (até 2024), sendo que, pelo menos 95% destes estudantes conclua essa etapa na idade recomendada. Entre as estratégias relacionadas a essa meta, cabe ressaltar a promoção de atividades esportivas nas escolas (2.13), que tem implicações na necessidade de uma infraestrutura adequada para tal.

### **Escola em tempo Integral**

A LDBEN determina que a jornada escolar no ensino fundamental terá pelo menos 4 horas de trabalho efetivo, sendo progressivamente ampliada. E que o ensino fundamental será progressivamente ministrado em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.<sup>11</sup>

O Plano Municipal de Educação, estabelece a Meta 6, em consonância com o PNE. Essa meta estabelece a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica. O PNE determina entre as estratégias da meta 6, a promoção da escola em tempo integral por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, com atividades culturais e esportivas, com tempo de permanência dos estudantes na escola de, pelo menos, 7 horas diárias durante todo o ano letivo e inclui a ampliação da jornada de professores em uma única escola.

Outras estratégias para essa meta, no PNE, são a construção de escolas com padrão arquitetônico e mobiliário adequados para o atendimento em tempo integral; a ampliação e a reestruturação de escolas públicas, incluindo quadras poliesportivas, laboratórios (inclusive de informática), bibliotecas, auditórios, entre outros espaços.

Outra estratégia relevante da Meta 6 do PNE é a garantia de educação em tempo integral para pessoas de 4 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando o atendimento educacional especializado em salas multifuncionais.

O Plano Municipal de Educação, estabelece estratégias para sua meta 6:

---

<sup>9</sup> Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006.

<sup>10</sup> Art. 32, LDBEN

<sup>11</sup> Art. 34, caput e § 2º, LDBEN.



6.1) expandir e aperfeiçoar a Política de Educação Integral da Rede Municipal de Educação, por meio do desenvolvimento de um Plano Diretor da Rede Física Escolar, que contará com uma comissão de técnicos para elaboração de um plano de obras constituído por projetos adequados às demandas da educação integral;

6.3) apoiar a institucionalização e a manutenção, em regime de colaboração, do programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas para a educação em tempo integral, em conformidade com as especificidades de cada etapa e modalidade da educação básica;

6.8) fomentar e fortalecer a educação em tempo integral, comunitária e inclusiva, substanciada em demandas educativas da comunidade escolar e da escola em si e fundamentada em uma proposta de atendimento irrestrito ao público escolar, pautada pelo respeito integral às diferenças de sexo, raça, etnia, aptidão física e cognitiva, religião e condição socioeconômica;

6.9) assegurar as condições necessárias para o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, nos programas de educação integral;

6.12) oferecer jornada escolar ampliada, com a garantia de espaços e tempos apropriados a atividades educativas, assegurando a estrutura física em condições adequadas e profissionais habilitados;

6.15) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, assegurando a acessibilidade arquitetônica, o apoio de inclusão e o atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais;

## Educação Especial/Inclusiva

A educação inclusiva, chamada na legislação de educação especial, é a modalidade de educação escolar ofertada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, desde a educação infantil. Quando necessário, deve haver o serviço de apoio especializado<sup>12</sup>.

A LDBEN assegura a esse público currículos, métodos, recursos adaptativos específicos e professores com especialização adequada para o atendimento especializado, bem como professores capacitados para a integração desses educandos nas classes regulares.<sup>13</sup>

E para fomentar a execução de políticas públicas próprias para pessoas com altas habilidades e superdotação, o poder público deve instituir cadastro nacional desses estudantes.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Art. 58 da LDBEN.

<sup>13</sup> Art. 59 da LDBEN

<sup>14</sup> Art. 59-A da LDBEN



O PNE, em sua Meta 4 estabelece para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado – AEE -, com a garantia sistema educacional inclusivo e com salas de recursos multifuncionais.

Entre as estratégias relacionadas a essa meta, o PNE propõe:

- a universalização do atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- a ampliação de salas de recursos multifuncionais;
- a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- o estímulo à criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas para apoiar o trabalho dos professores com esse público;
- a garantia da educação bilíngue, em LIBRAS como primeira língua aos alunos surdos e com deficiência auditiva em toda a educação básica;
- a promoção da acessibilidade por meio de adequação arquitetônica para estudantes com deficiência;
- o apoio a ampliação das equipes de profissionais e a oferta de professores de AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras.

O Plano Municipal de Educação estabelece a mesma Meta 4 do PNE e propõe as seguintes estratégias, entre outras:

- 4.3) assegurar a prioridade de matrícula para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na educação infantil da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, respeitados os critérios de vulnerabilidade e risco social;
- 4.4) implementar, no Município de Belo Horizonte, a oferta do atendimento educacional especializado nas redes de ensino de educação básica;
- 4.5) ampliar, na Rede Municipal de Educação, o número de salas de recursos multifuncionais e manter a formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado;
- 4.6) assegurar a formação continuada para os professores do ensino regular e da educação de jovens e adultos para a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.8) ampliar, nas redes pública e privada de educação, a promoção da acessibilidade pedagógica e arquitetônica, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;



4.10) assegurar, por meio de ações e programas específicos, a produção de materialidade acessível e o atendimento educacional especializado complementar aos estudantes com deficiência visual;

4.11) assegurar a manutenção da aquisição individualizada dos recursos pedagógicos acessíveis e de tecnologias assistivas para uso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**4.12) manter e ampliar o atendimento educacional especializado, de forma que cada escola tenha uma sala de recursos multifuncionais até o último ano de vigência deste PME;**

4.14) manter, na Rede Municipal de Educação, a oferta do ensino da Libras na educação infantil, nas escolas e UMEIs que recebam matrícula de criança com deficiência auditiva;

4.15) manter a oferta do ensino da Libras e em Libras para os estudantes com deficiência auditiva matriculados no ensino fundamental;

4.16) manter e ampliar a inserção da oferta do ensino da Libras para estudantes com deficiência auditiva e ouvintes nos projetos pedagógicos das escolas;

4.18) assegurar o acesso e a permanência incondicionais de todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação infantil e no ensino fundamental das redes pública e privada de educação de Belo Horizonte;

4.25) assegurar a oferta do atendimento educacional especializado, mantendo equipes constituídas por professores, auxiliares de apoio, tradutores e intérpretes de Libras, professores de Libras ou guias intérpretes, com base na demanda observada nas matrículas do público-alvo da educação especial;

4.26) adotar os indicadores nacionais de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

A partir das informações descritas, percebe-se que infraestrutura escolar está relacionada aos objetivos e princípios da política educacional e é pensada a partir de objetivos educacionais e de inclusão, promovendo, assim, o acesso e a permanência desses estudantes na escola.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2023.

Laurence T. Costa Timo

Consultora Legislativa em Educação e Cultura



### Legislação pertinente

#### **Legislação Federal:**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, artigos 214 e 227

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**, que “Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.”;

**LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.”;

**ABNT NBR 9050** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: item 10.15

#### **Legislação Municipal:**

##### **- LEI ORGÂNICA**

**- LEI Nº 3.908, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1984**, que “Cria salas de recursos nas escolas da rede municipal de ensino.”

**- LEI Nº 9.725, DE 15 DE JULHO DE 2009**: Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.”: **art. 88**;

**- LEI Nº 10.917, DE 14 DE MARÇO DE 2016**: Aprova o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte e dá outras providências.

### Bibliografia

**Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil.**  
– Brasília : UNESCO, 2019

**Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil.**  
Brasília : MEC, SEB, 2006

**Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil – Volume 1.** MEC, SEB, 2006

**Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil – Volume 2.** MEC, SEB, 2006

ALVES, M.T.G; XAVIER, F.P.; PAULA, T.S. **Modelo conceitual para avaliação da infraestrutura escolar no ensino fundamental.** Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 100, n. 255, p. 297-330, maio/ago.